

# NOTAS

## **Notas para a História da Reforma Administrativa no Brasil**

### 1.<sup>a</sup> PARTE

#### Panorama geral anterior a 1930

##### CAPÍTULO XV

##### CAMPOS SALES

O acôrdo denominado "funding loan", celebrado no último quartel do quadriênio Prudente de Moraes, iria ter a sua execução a cargo do 4.<sup>o</sup> Presidente da República, Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, que, antes de se investir na chefia da Nação, tomara parte ativa nas negociações entabuladas com os banqueiros de Londres. O govêrno do ínclito filho de Campinas, que merecera a alcunha de "Gambetta brasileiro", iria passar à História como o do saneamento e reabilitação do crédito nacional. Com o auxílio de Joaquim Murтинho, seu insigne Ministro da Fazenda, o Presidente Campos Sales levou a cabo durante o seu mandato uma gigantesca obra de reconstrução das finanças do país. De uma nação que se debatia nas vascas da indigência e que mergulhava no mais profundo dos descréditos, conseguiu êle uma nação rejuvenescida e curada dos males crônicos que a afligiam; uma nação que lograva afinal manter-se de pé sôbre um terreno sólido, uma nação sôbre cuja vitalidade já não podiam restar dúvidas, uma nação que já podia sustentar nos ombros o pêso das tarefas do futuro.

Sem o descortino e a energia de Campos Sales a obra de Rodrigues Alves não teria sido possível. Os governos dêsses dois eminentes paulistas fundem-se, por assim dizer, num ciclo perfeito. Um semeia, o outro colhe. Um explica o outro e ambos conseguem levar a República, havia pouco periclitante, ao apogeu de seus dias.

Por trás dêles, ergue-se, todavia, uma figura austera que cumpre não esquecer e que forma com ambos o grande tríptico paulista da galeria republicana — o vulto venerando de Prudente de Moraes, que conseguiu extinguir no país os periódicos

motins e levantes militares, implantando serena, mas severamente, a ordem civil.

A êsses três grandes vultos da nossa História se deve, na realidade, a reafirmação e a consolidação do princípio republicano, o progresso e o conceito crescente de nosso país e, principalmente, a paz interna, que só muito mais tarde iria novamente conturbar-se, como reflexo, aliás, de questões internacionais.

Ao assumir a Presidência da República, a 15 de novembro de 1898, o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales constituiu o seguinte ministério:

*Justiça e Negócios Interiores* — Dr. Epitácio da Silva Pessoa;

*Fazenda* — Dr. Joaquim Duarte Murтинho;

*Relações Exteriores* — Dr. Olinto Máximo de Magalhães;

*Indústria, Viação e Obras Públicas* — Bacharel Severino dos Santos Vieira;

*Guerra* — General de Divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet;

*Marinha* — Almirante reformado Carlos Baltazar da Silveira.

A 19 de agosto de 1899 era o Almirante Baltazar da Silveira substituído na pasta da Marinha pelo Contra-Almirante José Pinto da Luz.

No ano de 1900 outras duas substituições ministeriais sucederiam, sendo uma, porém, em caráter temporário. A 27 de janeiro, o Engenheiro Civil Alfredo Eugênio de Almeida Maia substituiu, na pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, ao Bacharel Severino dos Santos Vieira e, de 30 de abril a 24 de maio, o General de Divisão João Tomaz da Cantuária geriu interinamente os negócios da Guerra.

No primeiro ano do século XX era, a 6 de agosto, o Dr. Epitácio Pessoa substituído, na pasta da Justiça, pelo Bacharel Sabino Barroso Junior, que no ano seguinte, isto é, a 2 de setembro de 1902, substituiria também, na pasta da Fazenda, o Dr. Joaquim Murinho. Nesse ano de 1902 ainda uma substituição ministerial se operara, pois, a 8 de março o Conselheiro Antônio Augusto da Silva sucedera, na pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, ao Eng. Alfredo Maia.

Na obra administrativa do Governo Campos Sales avulta, fazendo quase desaparecer tudo o mais, a tarefa de saneamento, soerguimento e restauração das finanças públicas, que se estende, multiforme e onipresente, à grande maioria dos atos e iniciativas do Poder Executivo. Os órgãos governamentais mantêm, nesse período de reconstrução e recuperação das energias nacionais, a estrutura adquirida nos primeiros anos do regime republicano. Não se criaram, nem se extinguíram, nem se desmembraram ministérios. As repartições existentes guardaram a antiga feição, sendo, não obstante, algumas delas reformadas e reorganizadas, dentro do princípio geral de compressão das despesas. Assim é que, logo a 7 de janeiro de 1899, o Governo, pelo Decreto n.º 3.191, reorganizava a Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores. Logo depois, ainda no mesmo ano, seriam reorganizadas a Assistência de Alienados e a Brigada Policial da Capital Federal (1). A 8 de janeiro de 1900 foi criado, pelo Decreto n.º 3.547, um serviço especial de estatística comercial na Alfândega do Rio de Janeiro. A 14 de abril do mesmo ano reformava o Governo o serviço policial do Distrito Federal (2) e a 20 de dezembro reorganizava o quadro dos oficiais da Armada. A 5 de janeiro de 1901 era a antiga Contadoria Geral da Guerra extinta, criando-se, em seu lugar, a Direção Geral de Contabilidade da Guerra (3). Por decreto n.º 4.463, de 12 de julho de 1902, o Governo avocava para a administração federal o serviço de higiene defensiva da Capital da República, estabelecendo no dia seguinte, por decreto de número imediato, as bases para a regulamentação desse serviço.

O maior número, porém, dos atos administrativos é concernente aos meios de restaurar as finanças

nacionais. Assinalem-se, entre outros, a criação de um fundo especial aplicável ao resgate e outro para garantia do papel-moeda em circulação (4), a revisão das tarifas das Alfândegas e Mesas de Rendidas (5), o novo regulamento para arrecadação dos impostos de consumo (6), o restabelecimento das coletorias federais (7) e a criação de um fundo de amortização dos empréstimos internos em papel (8).

O Governo Campos Sales, que tão benêficamente iluminou os enegrecidos horizontes internos de nossa pátria, fulgiu, também, além das nossas fronteiras com singular projeção internacional. Além de o Barão do Rio Branco ter inclinado vitoriosamente para o Brasil a questão que mantínhamos com a França sobre o Território do Amapá, recebeu a metrópole brasileira a honrosa visita do General Júlio Roca, Presidente da República Argentina, visita essa pouco depois retribuída, em Buenos Aires, pelo Presidente Campos Sales.

Durante a ausência de Campos Sales, assumiu a Presidência da República, no período de 19 de outubro a 8 de novembro de 1900, o Vice-Presidente, Dr. Francisco de Assis Rosa e Silva.

O Dr. Rosa e Silva era, assim, o terceiro Vice-Presidente que assumia, embora por poucos dias, a Presidência da República. O primeiro fôra o Marechal Floriano, que sucedera a Deodoro. O segundo, o Dr. Manuel Vitorino, que substituíra a Prudente de Moraes em fase de enfermidade.

O 4.º Vice-Presidente eleito da República seria o único que, num espaço de 30 anos, deixaria de ascender à suprema investidura da Nação. Escolhido para companheiro de chapa do Conselheiro Rodrigues Alves, o Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão faleceu antes de empossar-se no mandato, sendo, já no decurso do quadriênio, eleito para substituí-lo o Conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena, que sucederia mais tarde a Rodrigues Alves.

Se no governo Campos Sales não se processaram importantes modificações no terreno considerado estritamente administrativo, grande foi, porém, a alteração operada nas diretrizes governamentais do país. À antiga política dos partidos sucedeu a

(1) Decretos n.º 3.244, de 29 de março de 1899, e 3.274, de 15 de maio de 1899, respectivamente.

(2) Decreto n.º 3.640.

(3) Decreto n.º 3.893.

(4) Lei n.º 581, de 20 de julho de 1899.

(5) Decreto n.º 3.617, de 19 de março de 1900.

(6) Decreto n.º 3.622, de 26 de março de 1900.

(7) Decreto n.º 4.059, de 25 de junho de 1901.

(8) Decreto n.º 4.382, de 8 de abril de 1902.

chamada “política dos governadores”, que durante as três primeiras décadas do nosso século dominou o panorama republicano. Francisco Glicério, antigo condutor dos grupos políticos, entrou em rápido crepúsculo, surgindo-lhe em contraposição, das bandas dos pampas, Pinheiro Machado, que durante quinze anos iria supervisionar e manobrar a política republicana.

“Simplificara-se a máquina política. A convenção dos representantes dos governos escolhia o candidato e a eleição popular, em 1 de março, se limitava a sancionar a escolha, sem possibilidade de surpresa. As maiores lutas presidenciais travar-se-iam em torno desse costume, de transformar-se a eleição do supremo magistrado numa simples formalidade, pois realmente eleitores eram os convencionais, ou os governadores” (9).

A partir da eleição de Rodrigues Alves estabeleceu-se a praxe da realização de um grande banquete político em que o Presidente eleito da Re-

(9) PEDRO CALMON — *História da Civilização Brasileira*, 4.<sup>a</sup> Edição aumentada, pág. 351.

pública lia, para os próceres políticos e para o país, a sua plataforma de governo. O povo aglomerava-se à porta do Casino Fluminense, depois Clube dos Diários e hoje Automóvel Clube do Brasil, onde sempre se realizaram êsses históricos ágapes. Não raro irrompiam, à entrada e saída dos comensais, apupos que degeneravam em arruaças.

Foi, aliás, entre apupos e chufas de um povaréu esquecido dos inestimáveis benefícios que recebera, que o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales deixou o Palácio do Catete depois de transmitir o govêrno ao Conselheiro Rodrigues Alves, na tarde de 15 de novembro de 1902.

#### Entretanto,

“Campos Sales entregou ao sucessor o país em perfeita tranqüilidade, o câmbio a 12 e os negócios públicos em excelente desenvolvimento. Retomara-se o pagamento da dívida externa. Os títulos da dívida pública subiram de 35 %. Era ainda o Tesouro credor do Banco da República, e tinha em Londres depósitos disponíveis no valor de 3 milhões de libras” (10).

(10) *Id., ib.*

## **Pessoal brasileiro para a U. N. R. R. A.**

### **Uma entrevista do Presidente do D.A.S.P.**

Em face de acôrdo firmado com a *United Nations Relief and Rehabilitation Administration* (U.N.R.R.A.), o D.A.S.P., devidamente autorizado pelo Chefe do Govêrno, iniciou há algum tempo o recrutamento de pessoal brasileiro para servir à referida organização internacional nas áreas libertadas da Europa.

Segundo o que fôra inicialmente estabelecido, ao D.A.S.P. caberia efetuar uma seleção preliminar dos candidatos que se apresentassem. O resultado dessa seleção inicial seria depois submetido ao exame da U.N.R.R.A., em Washington, a qual procederia então à seleção final de vinte candidatos dentre os indicados pelo D.A.S.P. Nos termos do acôrdo firmado, todos os brasileiros selecionados pelo D.A.S.P. deveriam ser enviados primeiramente aos Estados Unidos para a seleção final, e, dali, para as zonas européias a serem socorridas.

Posteriormente, a administração central da U.N.R.R.A., assim como procedera em relação ao Canadá, dirigiu um convite ao D.A.S.P., para que êste órgão enviasse aos Estados Unidos o funcionário à testa do serviço, com a finalidade de examinar as normas gerais de seleção em uso pela U.N.R.R.A. e, bem assim, assentar as bases finais para a execução do plano geral de recrutamento do pessoal brasileiro.

Do primeiro contacto entre as autoridades da U.N.R.R.A. e o funcionário designado pelo D.A.S.P., assim como do exame conjunto das inscrições brasileiras, resultou a imediata escolha e nomeação dos vinte candidatos do nosso país para diversas funções nas áreas européias assoladas pela guerra. Mais ainda: em face da verificação dos processos de seleção de pessoal em uso no Brasil e do nível elevado do contingente brasileiro, resolveu aquela organização confiar inteiramente ao D.A.S.P. a seleção futura de novos candidatos,